



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 113

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE OUTUBRO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Nelson Garcia  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 113**

### **20ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimentos .....	02

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....	03
Votação em:	
2ª Discussão.....	03
Redação Final .....	03
1ª Discussão.....	04
Discussão Única .....	06

#### **Encerramento da Sessão .....09**

### **DIÁRIO Nº 113**

### **20ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 20ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2006**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

Às quinze horas e cinquenta minutos foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Nelson Garcia, Nelson

Justus, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (42). Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Padre Paulo Campos, Rafael Greca e Ratinho Júnior (11). Em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

#### **Expediente:**

#### **Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 2213

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER destaque para a votação dos vetos aos parágrafos 2º e 3º do artigo 6º, apostos pelo Sr. Governador, conforme constam na Pro-

posição de Veto nº 086/06, relativa ao Projeto de Lei 244/06, objeto da presente Ordem do Dia.

Não havendo disposição regimental específica em contrário, fundamenta o presente requerimento o disposto nos parágrafos 3º e 6º do artigo 170, do Regimento Interno que, por analogia, aplicam-se às Proposições de Veto porque estas, são também espécie de gênero Proposição, conforme definida no artigo 117 do Regimento desta Casa.

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 2212

Senhor Presidente;

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado da Educação, informar se essa Secretaria implantou cartões de crédito corporativos, em caso positivo qual a bandeira:

1 - Quantos cartões foram emitidos e qual a vigência inicial e final dos mesmos?

2 - Nominar quais os servidores que receberam os cartões?

3 - Quais os gastos registrados mês a mês de cada um dos cartões?

Sala das Sessões, em 16.10.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

### **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 42 Srs. Deputados.

### **Leitura do Expediente**

Há requerimento sobre a mesa de autoria do Deputado Durval Amaral, que requer a inversão total da pauta da presente Sessão Extraordinária.

Em votação. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Peço a retirada do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será retirado.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### **Votação em**

### **2ª Discussão**

#### ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/06, fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pelo Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.000.608,00 (dois milhões, seiscentos e oito reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CO. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS SUPRESSIVAS APRESENTADAS EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 451/06

#### **P A R E C E R :**

Trata-se de duas Emendas Supressivas apresentadas pelo Deputado Valdir Rossoni em plenário ao Projeto de Lei 451/06. A primeira, suprimindo do artigo 5º do projeto de lei a expressão “revogadas as disposições em contrário” e a segunda suprimindo da redação originalmente proposta para seu Anexo VI - Redução de Obras, os códigos 7004, 7009, 7021, 7038 e 7039.

Chamada esta relatoria a se pronunciar nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável as emendas.

Sala das Comissões, em 16.10.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Apoiamento:

Cida Borghetti, Plauto Miró Guimarães, Antônio Anibelli, Barbosa Neto, Ratinho Júnior, Elton Carlos Welter e 01 ilegível.

Em votação o projeto, ressalvadas a emenda.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda nº 01, de Plenário, **Aprovada.**

Em votação a Emenda nº 02. **Aprovada.**

### **Redação Final**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 463/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, declarando de Utilidade Pública a Associação da Melhor Idade de Imbituva - A.M.I, com sede e foro no município de Imbituva. **Aprovado.**

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 464/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Rubini I, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **Aprovado.**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 014/06, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados mês de agosto de 2006. Resolução nº 003/04. **Aprovado.**

**1ª Discussão****ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 452/06, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. nº 051/06, que objetiva alterar a Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 452/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Os dispositivos adiante referidos, da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

IV - despesas correntes, exceto com pessoal e encargos sociais em até, no máximo, 45% (quarenta e cinco por cento) da receita do Funrejus, na forma estabelecida ao regulamento.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto no item IV deste artigo, não serão admitidos, por conta do Funrejus, pagamentos de vencimentos, gratificações e encargos com custeio de pessoal e outras despesas correntes.

(...)

Art. 3º (...)

VIII - as cláusulas decorrentes dos atos do Tribunal de Justiça, fixadas no respectivo Regimento;

(...)

XVIII - as multas aplicadas no âmbito administrativo do Tribunal de Justiça;

(...)

Art. 5º Os recursos do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus serão depositados em estabelecimento bancário oficial.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31.08.06.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Exposição de Motivos****Projeto de Lei de Alteração da Lei nº 12.216/98**

Srs. Deputados:

Tenho a honra de propor, para apreciação dessa Casa Legislativa, em regime de urgência, o presente anteprojeto de lei que objetiva alterar a Lei nº 12.216 de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus.

A despeito das necessárias alterações na Lei nº 12.216/98 há que se ressaltar, inicialmente, o incontestável cumprimento das finalidades para as quais o Funrejus foi criado, de modo que, ao longo de sua vigência, muitos foram os fóruns construídos e reformados no Estado do Paraná.

Entre os fóruns construídos, destacam-se os das seguintes Comarcas: Barbosa Ferraz, Corbélia, Morretes, Palotina, Prudentópolis, São José dos Pinhais, Catanduva, Paranacity, Salto da Lontra, Sertãozinho, Nova Londrina, Curiúva, Marilândia do Sul, Reserva, Santo Antônio do Sudoeste e Santa Izabel do Ivaí. Estão em andamento as construções dos fóruns das Comarcas de Cascavel, Umuarama, Castro, Jacarezinho, Pinhais, Matinhos, Ribeirão Claro, Bandeirantes, Tomazina, Dois Vizinhos, Paranaguá, Ortigueira, Astorga, Ponta Grossa, Cornélio Procopio, Campo Largo e Altônia. A par disso, serão também construídos outros fóruns, dos quais destacamos o de Londrina.

Por outro lado, é inegável que a construção de novas edificações traz o compromisso de mantê-las, o que faz com que o Tribunal de Justiça tenha um acentuado aumento nas suas despesas de custeio.

Para fazer frente a esse compromisso, o texto original da lei que se pretende modificar prevê que o Funrejus pode despende até 30% (trinta por cento) de sua receita com as despesas de custeio do Tribunal de Justiça. Ocorre que, em face do significativo aumento das necessidades orçamentárias relativamente à execução das despesas de custeio, oriundas exatamente do aprimoramento das atividades judiciais proporcionadas pelas novas edificações, especialmente no que diz respeito àquelas vinculadas à primeira instância de jurisdição, bem como da necessidade de implementação de uma política de expansão dos setores de comunicação e informática, fatores que apontam para um sensível aumento, nos próximos anos, das perspectivas de desembolso, o percentual originalmente proposto chega ao limite, requerendo imediata revisão.

Assim, antecipando o advento de problemas relacionados à manutenção da estrutura do Poder Judiciário, a partir de estudo realizado no âmbito do Tribunal de Justiça, aprovado por unanimidade por seu Órgão Especial, é que se propõe a alteração da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - Funrejus, de modo que, em caráter autorizatório, o percentual originalmente estabelecido no artigo 2º da referida lei - de até 30% (trinta por cento) -, seja

aumentado para até 45% (quarenta e cinco por cento), o que permitirá ao Tribunal de Justiça melhores condições para gerir seus recursos.

Ressalto, por oportuno, a expressa manutenção da proibição de utilização dos recursos do Funrejus para fazer face às despesas com pessoal.

Por outro lado, também se faz necessária e oportuna a adequação do texto original a fatos supervenientes, notadamente a extinção do Tribunal de Alçada e a privatização do Banco do Estado do Paraná.

É nesse contexto e sob essas premissas que se propõe, nos termos constantes no presente anteprojeto de lei, as modificações na Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, o qual se espera seja recepcionado e aprovado por esse Poder Legislativo, com o que se estará dando mais um significativo passo no sentido de substancial melhoria da prestação jurisdicional aos cidadãos paranaenses.

(a) TADEU MARINO LOYOLA COSTA  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 453/06

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de autoria do Tribunal de Justiça, tem por objetivo alterar os artigos 2º, 3º e 5º da Lei nº 12.216 de 1998, que criou o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, para que possa alterar o percentual de sua receita com as despesas de custeio do Tribunal de Justiça, regulamentado pela lei supra citada.

##### Legitimidade e Legalidade

O processo legislativo, respeitando-se a iniciativa da propositura, concentra-se, especialmente, em Leis Ordinárias e Complementares, e, a alteração delas se dá mediante o mesmo ato que a criou, respeitando-se o quórum que votou, e a matéria observada.

Nesse sentido, a alteração da Lei Estadual sob nº 12.216/1998, de autoria do Tribunal de Justiça, ordinária, se verifica mediante nova lei ordinária, que legitimada estará para entrar em plena e saudável vigência no ordenamento jurídico que modificou.

Assim a Constituição Estadual assegura que:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)*

Desse modo, a iniciativa para legislar a esse respeito também lhe garante a possibilidade, de, por intermédio de outra lei alterar lei anterior, respeitando-se o quórum de votação e a iniciativa da propositura.

##### Conclusão

Assim, conforme fora exposto, não há óbice legal ou de qualquer outra ordem, para que possa prosseguir regularmente a tramitação do presente projeto, visto que,

respeitou e coadunou-se com as exigências normativas vigentes no ordenamento.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.10.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, alterando o artigo 2º, parágrafo 1º da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006. (Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses - Refispar). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 110/06, de 10/10/06)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 495/06

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, visa alterar a Lei nº 15.290, artigo 2º, parágrafo 1º, para estender o prazo para adesão ao Programa Refispar, visando beneficiar um maior número de contribuintes.

##### Legitimidade e Legalidade

O processo legislativo, respeitando-se a iniciativa da propositura, concentra-se, especialmente, em Leis Ordinárias e Complementares, e, a alteração delas se dá mediante o mesmo ato que a criou, respeitando-se o quórum que votou, e a matéria observada.

Nesse sentido, a alteração da Lei Estadual sob nº 15.290/2006, ordinária, se verifica mediante nova lei ordinária, que legitimada estará para entrar em plena e saudável vigência no ordenamento jurídico que modificou.

Assim a Constituição Estadual assegura que:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)*

Desse modo, a iniciativa para legislar a esse respeito também lhe garante a possibilidade, de, por intermédio de outra lei alterar lei anterior, respeitando-se o quórum de votação e a iniciativa da propositura.

Diante desse contexto, o objetivo precípuo dessa comissão, está em analisar a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa dos projetos que se tornarão lei, e, no caso em voga, não há óbice legal ou constitucional algum, em razão da plena legitimidade e competência do parlamentar em alterar lei que ele próprio criou, e reza acerca de matérias de sua competência.

### Conclusão

Assim, conforme fora exposto, não há óbice legal ou de qualquer outra ordem, para que possa prosseguir regularmente a tramitação do presente projeto, visto que respeitou e coadunou-se com as exigências normativas vigentes no ordenamento.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.10.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

## Discussão Única (Proposição)

### ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 086/06, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 244/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que institui o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses, com fulcro no artigo 41, da Lei Complementar nº 107, de 11/01/05. (Código de Defesa do Contribuinte). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 290/06

Curitiba, 22 de setembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 301/06, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei parcialmente o Projeto de Lei nº 244/06, por julgar as partes vetadas contrárias aos superiores interesses públicos, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses (Refispar), com o objetivo de reabilitar a regularização de débitos fiscais do ICMS, vencidos até 30 de julho de 2006, tendo os vetos parciais incidido sobre o parágrafo 8º do artigo 2º, parágrafo 3º do artigo 3º; artigo 4º e seus parágrafos; artigo 5º e seus parágrafo: parágrafos 2º e 3º do artigo 6º; artigo 9º; e parágrafo único do artigo 10.

A Secretaria de Estado da Fazenda, tendo procedido competente análise sobre o projeto de lei em referência opina pelos vetos parciais acima apontados, justificando tal posicionamento na motivação adiante transcrita, com o “de acordo” do titular da Pasta e cujos termos ratifico:

“Razões de Veto:

Impõe-se o veto parcial ao citado projeto de lei relativamente aos seguintes dispositivos:

a) Parágrafo 8º do artigo 2º

§ 8º As obrigações tributárias com vencimentos futuros, postergados nos termos das legislações dos Programas Bom Emprego, Mais Emprego e Prodepar, serão

consideradas antecipadamente vencidas na data da formalização do pedido de ingresso no Refispar.

O § 8º, acrescentado por emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 244/06, não atende aos interesses do Estado, pois os contribuintes beneficiados possuem tratamento diferenciado para pagamento do ICMS, estando enquadrados nos Programas Bom Emprego, Mais Emprego e Prodepar.

Ao antecipar as obrigações tributárias com vencimentos determinados nos programas supracitados, ocorrerá a renúncia de valores a título de correção monetária, além do que o parcelamento do montante devido implicará em postergação de valores que começariam a ser recolhidos integralmente a partir do próximo exercício.

Tal fato afronta o contido na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 que dispõe sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, especificamente o artigo 14, implicando em renúncia de receita, além de prejudicar o repasse do imposto aos Municípios:

*Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do imposto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:*

*I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;*

*II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.*

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

Referido dispositivo, ao tratar da renúncia de receita exige duas situações: ou que o valor renunciado (que deve ser apurado por meio de um relatório de impacto no orçamento e nos termos do artigo 12, que estipula a forma de calcular as receitas) tenha sido excluído da Lei Orçamentária (e isso ocorre um ano antes de sua concessão), ou que venha acompanhado de medidas de compensação (seja aumentando tributo, seja cancelando benefícios).

Não foram tomadas essas providências na Lei Orçamentária em vigor, nem foram implementadas previamente medidas de compensação, o que contraria a norma referida. O não cumprimento desse dispositivo pode afetar a transferência de recursos da União e as Operações de Crédito ou Convênios, que exijam comprovação do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, não foi feito relatório de impacto no Orçamento, para demonstrar que a renúncia não afetará as metas planejadas. Tal fato poderá ainda gerar a propositura de Ação Civil Pública pelo Ministério Público ou de Ação Popular, por qualquer cidadão.

Há que considerar ainda que o artigo 41 da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005 estabelece:

*Art. 41. Fica autorizado o Poder Executivo a instituir programa e revitalização das empresas, modulando o fluxo de pagamento dos impostos inadimplidos em função do faturamento mensal.*

Obviamente que as “obrigações tributárias com vencimento futuros”, postergados nos termos dos Programas Bom Emprego, Mais Emprego e Prodepar não se configuram como “impostos inadimplidos”, ou seja, já vencidos, que são objeto principal do Refispar.

b) Parágrafo 3º do artigo 3º

*§ 3º A média da receita bruta será atualizada pelo INPC/IBGE a cada período de doze meses contados do pedido de ingresso no Refispar.*

Impossível atualizar a média da receita bruta pelo INPC/IBGE a cada período de doze meses, contados do pedido de ingresso no programa, e com isso redimensionar o número de parcelas, pois tornaria o procedimento tecnicamente inseguro, tanto para o Fisco como para o contribuinte.

c) artigo 4º

*Art. 4º A receita bruta das vendas e serviços compreende, para os fins previstos no artigo 3º, o produto da venda de bens nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados, inclusive os não sujeitos à incidência do ICMS, e o resultado auferido nas operações de conta alheia.*

*Parágrafo Único. Na receita bruta não se incluem as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos e os impostos não-cumulativos cobrados destacadamente do comprador ou contratante dos quais o vendedor dos bens ou o prestador dos serviços seja mero depositário.*

Os termos contábeis “operações de conta própria” e “operações de conta alheia” não são precisos tecnicamente, sendo que o parágrafo único dificultaria sobremaneira a implantação do programa.

Vetando-se esse artigo poderá ser implementada por decreto a mesma definição de receita bruta aplicada para as microempresas e empresas de pequeno porte na legislação do ICMS deste Estado, mais precisa tecnicamente.

d) artigo 5º

*Art. 5º As obrigações tributárias futuras a que se refere o parágrafo 8º do artigo 2º, poderão se compensados com créditos acumulados de ICMS próprio ou de terceiros, ou extintas mediante a utilização de créditos próprios ou cedidos por terceiros, decorrente de precatório de qualquer natureza, vencidos até 31 de dezembro de 2005.*

*§ 1º Serão aceitos os créditos de natureza comum e os de natureza alimentar, incluindo-se os de pequeno valor e aqueles parcelados na forma dos artigos 33 e 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.*

*§ 2º O pedido de ingresso no Refispar será instruído, em se tratando de compensação com créditos de terceiros, com as escrituras públicas das cessões de créditos.*

O artigo 5º acrescentado por emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 244/06, não atende aos interesses do Estado, pois, da mesma forma do que ocorre com o parágrafo 8º, do artigo 2º, afronta o contido na Lei Complementar nº 101/00, especificamente o artigo 14, implicando em renúncia de receita, **prejudicando o repasse do imposto aos Municípios.**

e) Parágrafos 2º e 3º do artigo 6º

*§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, os honorários advocatícios serão parcelados nos mesmos prazos e com os mesmos acréscimos vincendos do crédito tributário parcelado, sustando-se o executivo fiscal até a pela quitação do débito ou a inadimplência do sujeito passivo.*

*§ 3º Havendo honorários advocatícios a serem quitados de forma parcelada, o percentual mínimo da receita bruta referido no artigo 3º, para determinação do valor de cada parcela, poderá ser elevado em até cinco por cento.*

A verificação e acompanhamento do pagamento do respectivo parcelamento dos honorários advocatícios seria de difícil controle, uma vez que estes não se confundem com os débitos tributários propriamente ditos.

f) artigo 9º

*Art. 9º O disposto nesta lei não se aplica aos parcelamentos feitos com amparo na Lei nº 14.976, de 28 de dezembro de 2005, salvo se o contribuinte fizer prova da impossibilidade de manter o compromisso assumido.*

Contém critério subjetivo ao preceituar que se o contribuinte fizer prova da impossibilidade de manter o compromisso assumido, aos débitos parcelados com os benefícios da Lei nº 14.976, de 28 de dezembro de 2005, se aplicaria o disposto no Projeto de Lei nº 244/06.

Vetando-se o presente artigo, será possível, em decreto, implementar dispositivo que trate objetivamente a matéria em questão.

g) Parágrafo Único do artigo 10.

*Parágrafo Único. Os valores correspondentes a débitos inscritos em dívida ativa poderão ser amortizados mediante compensação com precatórios requisitórios vencidos do Estado do Paraná.*

Da mesma forma que ocorre com outros dispositivos acima citados, o presente implica em renúncia da receita, afrontando o disposto na Lei Complementar nº 101/00, que dispõe sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) HERMAS BRANDÃO

Governador do Estado, em exercício

**(O Projeto de Lei nº 244/06 encontra-se publicado no DA nº 048/06, de 15.05.06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 086/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 244/06, vetado parcialmente pelo Governador do Estado, tem por objetivo instituir o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses, com fulcro no artigo 41 da Lei Complementar nº 107, de 11 de janeiro de 2005. (Código de Defesa do Contribuinte)

**Fundamentação**

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)*

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somo favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 16.10.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Requerimento nº 2213, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando destaque para a votação dos vetos aos parágrafos 2º e 3º do artigo 6º, apostos pelo Sr. Governador, conforme constam na Proposição de Veto nº 086/06, relativa ao Projeto de Lei nº 244/06, objeto da presente Ordem do Dia. **Aprovado.**

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)**

Essa pauta chegou agora, nós não tivemos a oportunidade de ler o que está acontecendo. Eu só queria um esclarecimento: que artigos são esses da Lei 086?

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Já iremos responder, Deputada Elza Correia.

Solicito à 1ª Secretária que proceda à leitura dos parágrafos 2º e 3º.

**A SRA. 1º SECRETÁRIA (Cida Borghetti)**  
**(Lê parágrafos 2º e 3º)**

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Para Encaminhar)**

Só para esclarecimento Sr. Presidente. É o seguinte: trata-se do Refis Estadual, que foi uma lei sancionada já pelo Governador do Estado, são vários artigos, e entre esses vários artigos se requereu destaque, porque há um entendimento que o Estado não pode ficar prejudicado. Ou seja, na questão dos honorários da Procuradoria Geral do Estado, se fosse mantido o veto, antes de qualquer contribuinte fazer o seu parcelamento da sua dívida com o Estado, deveria pagar à vista os honorários advocatícios à Procuradoria Geral do Estado, o que por certo impediria a muitos contribuintes de poder fazer o parcelamento. A lei original propõe então que a Procuradoria receba os honorários da mesma forma que o Estado vai receber os seus créditos, ou seja, de forma parcelada.

Então, nesse sentido há um entendimento, me parece da própria Secretaria da Fazenda, inclusive o Secretário da Fazenda, no sentido de que todos os contribuintes paguem os honorários igualmente pagam os contribuinte o seu crédito, ou seu débito, para o Governo do Estado.

Com relação aos demais itens, então nesse caso se pretende que esse veto seja derrubado, ou seja, esse destaque seja votado “NÃO”. Com relação aos demais itens que foram vetados, procedem os vetos do Governador, porque o projeto do Refis estadual pretendia também pagar os débitos de ICMS com precatórios, o que iria inviabilizar a receita do Estado, razão pela qual o Governador, no meu entendimento, vetou inclusive corretamente, impedindo que os débitos com a Fazenda Pública sejam pagos com precatórios.

Então, o entendimento é que nesse primeiro item que será votado no artigo 6º, parágrafos 2º e 3º, se vote “NÃO”, ou seja, votando “NÃO” estará votando para que os honorários da Procuradoria sejam parcelados igual o número de vezes que o Estado vai receber o seu crédito. Me parece de uma boa política.

E com relação aos demais itens vetados, até mesmo a Oposição vai votar “NÃO”, porque não é possível que o contribuinte inadimplente possa agora pagar os seus débitos com precatórios, alguns deles inclusive sendo contestados judicialmente.

São esses esclarecimentos, para que na primeira votação do veto, no artigo 6º, parágrafos 2º e 3º se vote “NÃO”, propiciando o pagamento dos honorários da Procuradoria no mesmo número de vezes que vai se pagar o débito para com a Fazenda Pública Estadual.

Nada mais a esclarecer, Sr. Presidente.



A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Para um esclarecimento, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sinceramente, primeiro queria saber da Mesa se o nosso Regimento Interno permite votar veto em destaque?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sim, permite, Deputado Elza Correia, nós damos destaque e derrubamos parcialmente o veto.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Vamos votar várias vezes? Três vezes no caso?

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Vamos votar duas vezes: primeiro, dando destaque para os itens 02 e 03 do artigo 6º...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Parágrafo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Parágrafo 6º...

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

É, há uma confusão generalizada aí e eu não estou sentindo...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há confusão nenhuma, Deputada Elza Correia.

Vamos colocar conforme o requerimento que foi aprovado agora pouco, destaque para os parágrafos 2º e 3º do artigo 6º e, em seguida, o restante do veto.

Está em votação. Solicito à 1ª Secretária Deputada Cida Borghetti que proceda à chamada para o voto secreto ao veto. Vamos votar, agora, os parágrafos 2º e 3º do artigo 6º.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

O Deputado Durval já fez o encaminhamento e aqui reforço, e posso dizer em nome da Liderança do Governo, Deputado Dobrandino, para que o Plenário neste destaque do artigo 6º, parágrafos 2º e 3º, nós votemos “NÃO” e para os demais textos do veto do projeto de lei mantenha-se o veto, votando “SIM”.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Então, só reforçando: os Srs. Parlamentares que queiram derrubar os parágrafos 2º e 3º deverão votar “NÃO”; para manter deverão votar “SIM”.

Solicito a 1ª Secretária que proceda à chamada para o voto.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

**(Procede à Chamada Nominal para votação)**

Trinta e quatro Srs. Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito aos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães e Antonio Anibelli para que procedam o escrutínio dos votos.

**(É realizado o escrutínio)**

Trinta votos “NÃO”, três votos “SIM” e um voto “NULO”. Está derrubado o veto referente aos parágrafos 2º e 3º do artigo 6º.

Agora, colocaremos em votação os demais artigos vetados pelo Sr. Governador.

Solicito à 1ª Secretária, Deputada Cida Borghetti para que proceda à chamada dos Srs. Parlamentares. Aqueles que votarem a favor do veto, deverão usar a expressão “SIM”. Aqueles que são contrários ao veto, deverão usar a expressão “NÃO”.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

**(Procedida a Chamada Nominal)**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito ao Deputado José Domingos Scarpellini, Luiz Nishimori e Hermes Fonseca para procederem ao escrutínio dos votos.

Vinte e cinco votos “SIM”.

Sete votos “NÃO”.

**Está mantido o veto e rejeitado o projeto.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2212, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.